



1
2
3
4
5

1 dado pelo Colégio de Procuradores de 10 (dez) dias, para que os interessados se
2 manifestem acerca das atribuições das Promotorias de Justiça Especializadas, nos
3 termos do Ofício Circular 03/2015-GPGJ. Anunciado o processo foi concedida a
4 palavra ao Procurador de Justiça Dr. José Henrique Marques Moreira, Relator do
5 2334AD/2015, que fez um breve relato acerca dos fatos. Posto em votação pela senhora
6 Presidente votaram acompanhando o voto do relator os Procuradores de Justiça: Mariléa
7 Campos dos Santos Costa, Sâmara Ascar Sauaia, Maria de Fátima Rodrigues Travassos
8 Cordeiro, Rita de Cassia Maia Baptista Moreira, Teodoro Peres Neto, Flávia Tereza de
9 Viveiros Vieira, Clodenilza Ribeiro Ferreira, Francisco das Chagas Barros de Sousa,
10 Krishnamurti Lopes Mendes França, Suvamy Vivekananda Meireles, Ana Lídia de
11 Mello e Silva Moraes, Eduardo Jorge Hiluy Nicolau e Regina Lúcia de Almeida Rocha,
12 tendo os Procuradores de Justiça Carlos Jorge Avelar Silva, Eduardo Daniel Pereira
13 Filho, Joaquim Henrique de Carvalho Lobato e Marco Antonio Anchieta Guerreiro pelo
14 acolhimento do pedido e abertura do prazo. Decisão do julgamento: Decidido, por
15 maioria, pelo indeferimento do pedido nos termos da manifestação do relator. //

16 **2.2 – Processo Administrativo nº 1639AD/2014.** Origem: 19ª Promotoria de Justiça
17 Especializada de São Luís. Requerente: Maria da Glória Mafra Silva. Assunto:
18 Atribuições Ministeriais. Relator: Procurador de Justiça Joaquim Henrique de Carvalho
19 Lobato. Sessão do dia 31/07/2014 – Adiado para a próxima sessão a pedido do relator.
20 Processo devolvido pelo Procurador de Justiça relator com o voto e enviado ao
21 Procurador de Justiça Dr. José Henrique Marques Moreira nos termos do voto do
22 relator. Anunciado o processo pela senhora Presidente foi concedida a palavra ao
23 Procurador de Justiça Dr. Joaquim Henrique de Carvalho Lobato, Relator do feito, que
24 informou que encaminhou os autos ao Procurador de Justiça Dr. José Henrique
25 Marques Moreira por se tratar de matéria semelhante que será tratada no item 2.4 da
26 pauta. //

27 **2.3 – Processo Administrativo nº 5513AD/2014.** Origem: Secretaria para Assuntos
28 Institucionais. Assunto: Minuta Resolução – criação e funcionamento do Programa de
29 Incentivo à Implementação de Núcleos de Mediação Comunitária no âmbito do
30 Ministério Público. Relator: Procurador de Justiça Teodoro Peres Neto. Sessão do dia
31 30/10/2014 – Adiado face à ausência justificada do relator. Sessão do dia 15/12/2014 –
32 Não houve a sessão por falta de quorum. Sessão do dia 29/01/2015 – Não houve a
33 sessão por falta de quorum. Sessão do dia 12/02/2015 – Adiado face a ausência

6
7



1
2
3
4
5

1 justificado do relator. Anunciado o processo pela senhora Presidente foi concedida a
2 palavra ao Procurador de Justiça Dr. Teodoro Peres Neto, Relator do feito, que procedeu
3 a leitura do voto. Após a leitura do voto pelo relator a senhora Presidente colocou em
4 discussão, sendo que após as manifestações dos Procuradores de Justiça acerca da
5 necessidade da criação do Núcleos de Mediação Comunitária no âmbito do Ministério
6 Público, passando-se, em seguida, à votação, tendo o Procurador de Justiça Dr. Marco
7 Antonio Anchieta Guerreiro pedido vista dos autos. Porém, os Procuradores de Justiça
8 Eduardo Daniel Pereira Filho, Joaquim Henrique de Carvalho Lobato, Mariléa Campos
9 dos Santos Costa, Samara Ascar Sauaia, Rita de Cassia Maia Baptista Moreira, Flávia
10 Tereza de Viveiros Vieira, Clodenilza Ribeiro Ferreira, Francisco das Chagas Barros de
11 Sousa, José Henrique Marques Moreira, Krishnamurti Lopes Mendes França, Suvamy
12 Vivekananda Meireles, Ana Lidia de Mello e Silva Moraes e Regina Lúcia de Almeida
13 Rocha anteciparam o voto acompanhando o voto do relator, enquanto os Procuradores
14 de Justiça Carlos Jorge Avelar Silva, Maria de Fátima Rodrigues Travassos Cordeiro e
15 Edaurdo Jorge Hiluy Nicolau resolveram aguardar o voto vista. //

16 **2.4 – Processo Administrativo nº 2334AD/2015.** Origem: Colégio de Procuradores de
17 Justiça. Assunto: Projeto de Resolução sobre atribuições do MP de 1º Grau. Relator:
18 Procurador de Justiça Dr. José Henrique Marques Moreira. Sessão do dia 12/02/2015 –
19 Aprovada a proposta de abertura do prazo de 10 (dez) dias, através de ofício circular,
20 havendo sugestões que fossem encaminhadas ao relator, ficando a matéria a ser votada
21 em sessão extraordinária para o dia 11/03/2015. Foram encaminhadas todas as sugestões
22 enviadas após o encerramento do prazo ao Procurador de Justiça Dr. José Henrique
23 Marques Moreira. Anunciado o processo, foi concedida a palavra ao Procurador de
24 Justiça Dr. José Henrique Marques Moreira, relator do feito, que procedeu à leitura do
25 seu voto. Em seguida a senhora presidente colocou em discussão e votação, ficando
26 decidido, por unanimidade, pela aprovação da Resolução que descreve, com acréscimo
27 do artigo 6ºA à Resolução nº 02/2009-CPMP, as atribuições próprias do âmbito das
28 Promotorias de Justiça Especializadas e dá outras providências. //

29 **2.3 – Processo Administrativo nº 2762CS/2012.** Interessado: Promotor de Justiça
30 Antônio de Pádua Luz. Assunto: Recurso de PAD. Relator: Procurador de Justiça Dr.
31 José Antônio Oliveira Bents. Sessão do dia 27/11/2014 – Adiado o julgamento por falta
32 de quorum. Sessão do dia 15/12/2015 – Não houve a sessão por falta de quorum. Sessão
33 do dia 29/01/2015 – Não houve a sessão por falta de quorum. Sessão do dia 12/02/2014

6
7

3

